

Produção agrícola pode ter exportação afetada

por Maria Clara M. do Prado
de Brasília

O ministro da Agricultura, Amaury Stabile, admitiu ontem, depois da reunião do Conselho Monetário Nacional, que a medida adotada de redução do subsídio às taxas de crédito rural "pode ser fator de inibição para a exportação de produtos agrícolas". Declarou, no entanto, que mecanismos de compensação poderão ser criados para viabilizar as exportações de produtos cuja elevação dos custos de produção dificulte a comercialização no mercado internacional.

O aumento das taxas de juros tanto para o crédito de custeio quanto para o crédito de comercialização agrícola significa que o patamar de preços dos produtos agrícolas em geral subirá para os consumidores a partir da entrada da safra 1983/84, reconheceu o ministro da Agricultura. Em contrapartida, segundo ele, "os consumidores ganham a tranquilidade de ter maior quantidade de produtos à disposição, já que a medida junto com a liberação do limite quantitativo nos bancos comerciais obrigará os agricultores a aplicar mais recursos próprios na atividade e a concorrência no mercado passará a funcionar como fator de equilíbrio de preços."

Ele afirmou também que o impacto do aumento de preços aos consumidores será compensado pela correção semestral de salários.

A redução do subsídio ao crédito rural resultará em queda de Cr\$ 1 trilhão e 200 bilhões nos gastos do orçamento público, o que equivale a uma redução da ordem de 50%. Pela nova sistemática, a taxa de juros para o Centro-Sul, que era de 70% do INPC, passará a ser de 85% da variação da correção monetária no período entre a contratação do empréstimo e sua amortização, acrescidos de uma taxa fixa de 3%, percentual inferior aos 8% que vêm sendo cobrados. Para o Norte-Nordeste, a taxa passa de 50% do INPC para 70% da variação da correção monetária, além do percentual fixo de 3% (o fixo atualmente é de 5% para a região). A fixação dos preços mínimos da região Centro-Sul, a serem decididos no próximo mês, será corrigida tomando como referência o Valor Básico de Custeio, estabelecido com bases nas estimativas de custos de produção, com

teto mínimo para os reajustes. A partir da fixação, os preços mínimos sofrerão, com base nas variações da correção monetária, reajustes até a entrada em comercialização da safra.

O ministro Amaury Stabile acredita que o fato de as taxas de juros passarem a ser fixadas com base na correção monetária, e não no INPC, é um estímulo para que os agricultores, além de aplicarem maior volume de recursos próprios, "tenham maior cuidado na utilização do dinheiro e sejam mais racionais".

O Conselho Monetário Nacional decidiu que a redução do subsídio ao crédito rural será gradual e fixou as seguintes taxas para o custeio e comercialização da safra 1984/1985: 80% da variação da correção monetária para as áreas do Norte, Nordeste, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo, e 95% da correção monetária para o Centro-Sul. Para a safra 1985/1986, nas regiões mais pobres, a taxa será de 85%, enquanto para a região Centro-Sul passará a ser cobrado 100% de taxa com base na variação da correção monetária, o que significa que para os produtores da área não haverá mais subsídios ao crédito rural.

Com relação ao Proagro, Stabile revelou que o seguro passará a cobrir 100% do VBC e encargos financeiros para os produtores que nunca tiveram, ou tiveram apenas uma frustração de safra, "mesmo que parte da produção tenha sido custeada com recursos próprios". Para os produtores que tiveram mais de uma frustração, o Proagro vai cobrir 80% do VBC, ao invés de 70%. Lembrou que "é necessário que haja parcela mínima de financiamento de modo a que se possa fazer a fiscoalização desseguro através do vínculo contratual.

A respeito da redução do subsídio ao trigo, cujos gastos são calculados em Cr\$ 370 bilhões, decidiu-se que a conta será zerada até o final do ano.

"O assunto é de competência da Sunab e a decisão sobre os percentuais de redução do subsídio caberá à Secretaria de Abastecimento e Preços, do Ministério do Planejamento". O coordenador para assuntos econômicos do Ministério da Agricultura, Deniz Ribeiro, acha que o subsídio ao trigo venha a ser retirado em três vezes à base de um terço do valor a cada vez.